

Assentamento agroubano só produz dúvidas

“O lha moço, eu acho melhor é ficar calado para não dizer besteira, porque do jeito que eu estou injuriado, é isso que pode acontecer. Eu tenho até medo de comer uma bobagem”. Seu Francisco Cavalcanti Silva, um cearense de 54 anos, dez filhos e 30 anos de Brasília, veio do Núcleo Rural de Rio Preto para a Agrovila I do Combinado Agroubano, atraído por uma proposta de vida nova que lhe daria meios para criar a família em condições dignas, com algum conforto. O projeto do Combinado Agroubano previa casa de alvenaria, um terreno de mil metros para horta e criação de pequenos animais e um lote rural entre três e seis hectares para cultura de citros e grãos, com o devido apoio de crédito e assistência técnica, e ainda escola, posto de saúde e transporte regular. Era quase um sonho.

Isso aconteceu em novembro de 1986, Seu Francisco e seus companheiros tiveram que enfrentar uma seleção rígida que incluía entrevistas, visitas aos locais onde os candidatos viviam, estudos sócio-econômicos da realidade de cada família, testes técnicos e práticos para avaliar a capacitação agrícola do interessado e ainda exames médicos e, finalmente, um treinamento voltado para o tipo de exploração definido no Plano de Utilização dos lotes.

Foram mais de dez mil inscritos que, depois da primeira seleção, ficaram reduzidos à metade e estes, na segunda, caíram para mil. A primeira Agrovila, inaugurada em novembro de 1986, assentou cem famílias. No ano seguinte, em dezembro, foi inaugurada a Agrovila II, com 60 famílias. Para esta, os critérios foram ainda mais rigorosos e objetivos.

Localizado no espaço entre as granjas do Ipê e Riacho Fundo, a 25 quilômetros do Plano Piloto, o Combinado Agroubano de Brasília deveria ter cinco núcleos com capacidade para 500 famílias ou 4 mil pessoas cada, em áreas de 4 mil hectares, onde seria oferecida toda a infra-estrutura. A ocupação se daria mediante contratos de concessão de uso ao custo de 3 MVR pela casa e 5 por cento do MVR por hectare de lote. A concessão de uso, de acordo com o edital e o contrato assinado pelos candidatos, estabelecia a sua revogação “caso o colono se mostrasse incapaz de explorar satisfatoriamente a unidade familiar no período probatório de 24 meses, modificar sem autorização expressa da FZDF o objetivo da concessão da unidade familiar; cedesse, transferisse, emprestasse, arrendasse, permutasse, ou alienasse de qualquer modo, direta

ou indiretamente, a unidade, sem o consentimento da FZDF; deixasse de cultivar a área por período de três meses consecutivos, salvo por motivo justo e de conhecimento da Fundação; deixasse de residir na área do projeto; e, descumprisse as obrigações contratuais impostas pela concessão que lhe foi atribuída”.

A primeira safra da Agrovila I sofreu com longa estiagem ocorrida no período, mas ainda assim obteve 835 toneladas de cereais e hortaliças, suficientes para pagar os empréstimos dos produtores junto ao BRB. Para a safra seguinte, a previsão era de 1.293 toneladas para uma área cultivada de 1.135 ha (Agrovilas I e II). Por essa ocasião o então ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário considerou o projeto como modelo de reforma agrária em áreas públicas e repassou, através de convênio, um total de Cr\$ 2 bilhões em Títulos da Dívida Agrária (TDA) para conclusão das três Agrovilas restantes, e para que o Combinado Agroubano se tornasse um centro de treinamento para técnicos do ministério e outros órgãos públicos.

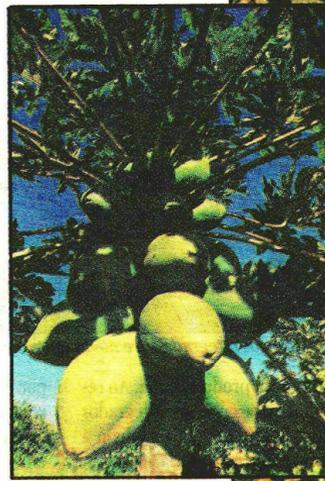
Foram feitas as primeiras obras — desmatamento e correção do solo — mas a mudança na administração do GDF interrompeu os trabalhos. Uma das áreas acabou sendo ocupada pelo Grupo OK para plantio de soja e as outras permaneceram abandonadas. Os financiamentos foram suspensos, a assistência técnica foi retirada (fecharam o escritório da Emater) e o céu caiu na cabeça de muita gente. Na Agrovila I, cerca de 50 por cento dos colonos, apesar da proibição contratual, venderam suas concessões e foram embora. Na Agrovila II esse percentual não chegou a 20 por cento.

Desespero

José Gonçalves é técnico agrícola, um dos três funcionários do escritório da Emater-DF do Núcleo Bandeirante, localizado logo no início da Agrovila I. Além dele, trabalham no posto mais um técnico agrícola — Eugênio — e uma economista doméstica — Carmen Pinagé Lopes. Ele está no Caub há três anos mas acompanhou o projeto desde a sua implantação. Segundo seu testemunho, o projeto durante os três primeiros anos era realmente de entusiasmo, os colonos recebiam todo o apoio, chegando a causar inveja aos de outros núcleos rurais. Aí, em 1990, cortaram tudo, fecharam o escritório e o atendimento passou a ser feito do Gama.

Sem recursos, parte do pessoal começou a trabalhar fora para se manter e, por fim, acabou vendendo o direito de concessão. Como essa é uma área privilegiada, não faltaram compradores. O preço médio de cada concessão girava em torno de Cr\$ 600 milhões. Entre os que compraram, a maioria veio com disposição de produzir. Mas os contratos impedem modificações. Isso, aliado à distância entre a moradia e o lote, é um problema, os

Com moradias agrupadas e exploração de área comum, o sistema de agrovila perde adeptos



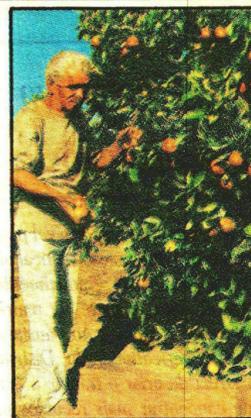
roubos são frequentes e muitos produtores já se sentem desestimulados para investir o pouco que têm em melhorias, porque o prejuízo é certo.

Utopia

“Na época eu era presidente da Emater-DF — lembra o professor Flávio D’Araújo Couto — e atuei como consultor do projeto. Fui voto vencido em algumas questões que hoje mostram que meus pontos de vista tinham fundamento. A tradição do brasileiro não está baseada na coletivização da terra e do trabalho. Esse é um sonho socialista muito bonito e bem-intencionado, mas irreal”.

A concepção arquitetônica das agrovilas, recorda o técnico, partiam do pressuposto que o colono sairia de casa pela manhã, com os filhos e vizinhos em grupos para os lotes rurais distantes no máximo três quilômetros de casa, e retornariam à tarde, enquanto as crianças em idade escolar, depois da aula, iriam também ajudar nas atividades domésticas e produtivas. Sonhos apenas em raríssimos os casos em que isso aconteceu ou acontece. “Agora, pelo que ouvi dizer, aquela área foi considerada de expansão urbana, e eu não sei quando ou o que vai acontecer com o pessoal que ali está”, diz Couto.

O professor Flávio D’Araújo Couto, hoje na Secretaria de Agricultura, preferia não falar sobre o assunto. Para ele o projeto tem falhas na origem e agora o que deveria ser um assentamento tende a se tornar uma experiência e um futuro problema social.

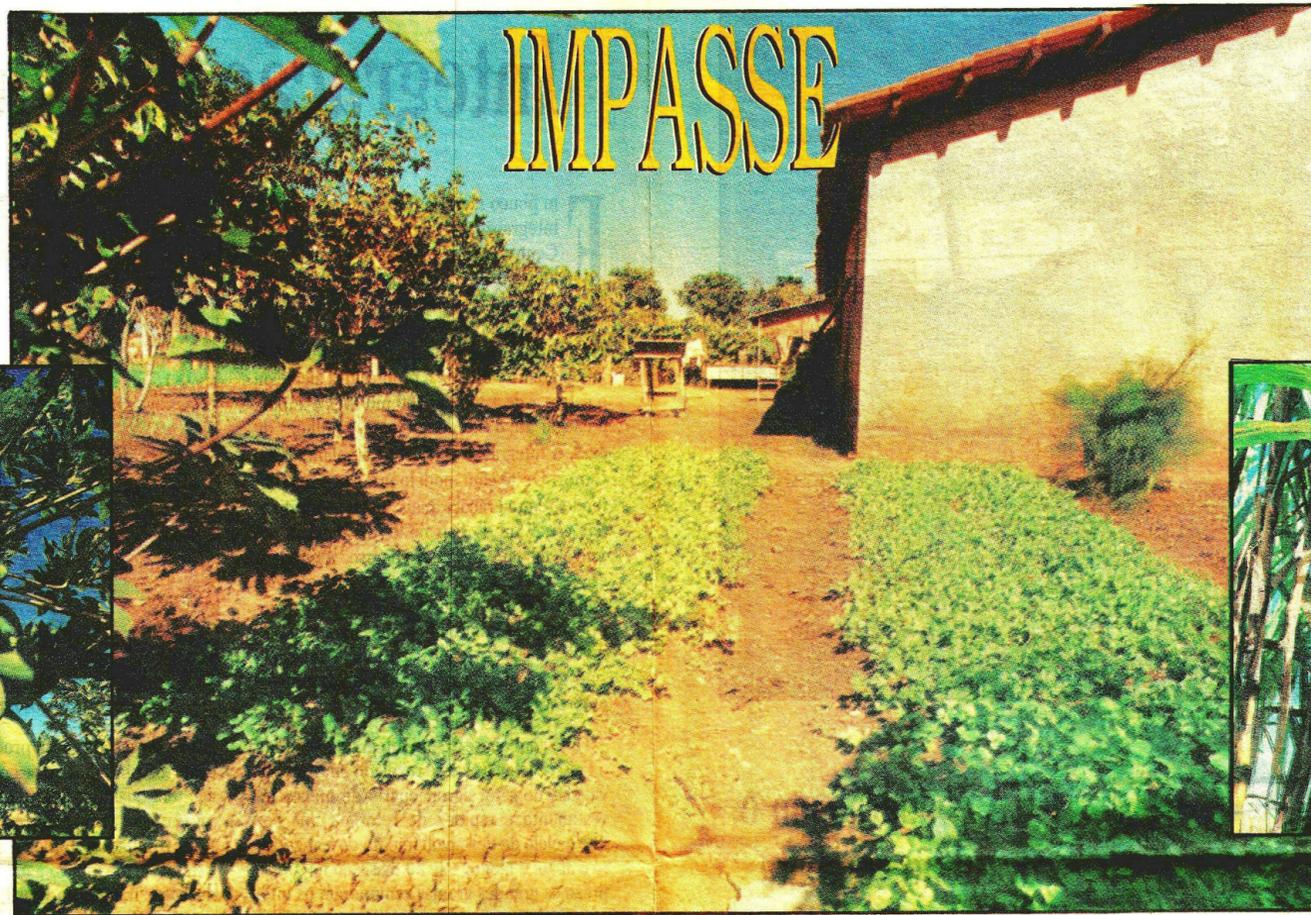


Indefinição é o maior drama de agricultores como Etelevino, Francisco e Antônio

“Nós opinamos contra. Já no processo de seleção apontamos falhas nos critérios. Depois, essa história de colocar o produtor longe da terra, da sua propriedade, não dá certo. É aquele velho ditado rural: “O que engorda o boi, é o olho do dono”. Na agricultura também isso é verdade, afirma o professor.

Luiz Gorga, presidente do Sindicato Rural de Brasília, lembra que na época o governo investiu pesado no Caub. “Tudo que havia era para lá, máquinas, técnicos, recursos. Era o que se podia chamar de mordomia, prejudicando os produtores de outras áreas. Aí, mudou o governo e como sempre acontece nesse País, parou tudo. O pessoal ficou sem pai nem mãe. Soube que muitos venderam e hoje

IMPASSE



Diversificar a produção constituía uma das metas do projeto inicial. Mas pouca coisa deu certo

anos, 2 filhos, vindo do Núcleo Rural de Planaltina. Param todos para trocar um dedo de prosa antes do almoço. A revolta é geral. Francisco mal consegue conter sua indignação. Mateus e Etelevino, cabeça mais fria, ponderam que o governo vai ter que dar uma solução. Afinal, eles não são posseiros nem invasores, foram convidados, selecionados, firmaram contrato e estão produzindo dentro de suas possibilidades, mesmo sem o apoio prometido.

“É, mas a solução tem que vir logo”, observa Mateus

“Imediata - completa Antonio Timóteo, — senão a gente não aguenta. Têm que dar uma definição”, conclui.

“Pois eu vou trabalhar até a última hora. Se vierem aqui vão ter que negociar direito comigo. Meu dia começa às 5h e só paro às 20h”, arremata seu Etelevino.

Segundo José Gonçalves, todas as propriedades têm 2,5 hectares plantados com laranja (cerca de 715 pés), cuja produção está comprometida com a Citrosuco através de contrato e é exportada para São Paulo. Cada muda fornecida pela empresa deve ser paga com uma caixa de frutas (40,5 quilos) ao longo de quatro anos a partir de 1991. Além da laranja, todos eles cultivam milho, feijão, cana, maracujá e hortaliças. No ano passado a produção de laranja foi de 460 toneladas. Para esse ano a previsão é de 990 toneladas, mas Gonçalves acha que não será atingida. A colheita de mi-

lho, arroz, feijão e mandioca (usada em grande parte para consumo) deve atingir 3.194 toneladas e ainda devem ser colhidos 104 toneladas de maracujá, além da cana, plantada em dez hectares, e as produções de hortaliças, avicultura, suinocultura, apicultura e bovinocultura.

“Estamos incentivando a diversificação das atividades”, explica José Gonçalves, mas a indefinição sobre esta área deixa o pessoal de mãos atadas e a gente também vai perdendo o estímulo. Mas ainda assim tem uns tantos que conseguem produzir e fazer o seu sustento e da família com a propriedade. “Soubemos que na Agrovila II umas nove chácaras seriam incorporadas ao Recanto das Emas. Lá está uma tristeza. Não fica nada inteiro, é ladrão direto, à luz do dia ou à noite, ameaçando inclusive o nosso pessoal”.

Na chácara 56, de Galdino Martins Menezes, o laranjal está bem tratado, as ruas entre os pés capinadas e os frutos em fase de maturação. Ele abriu uma cisterna e construiu um depósito de barracão estava sem telhado, sem janela e a porta quase pronta para ser arrancada. Da Chácara 56 avistam-se os painéis das madeiras do Recanto das Emas, do outro lado da Estrada.

Excessos

Suzana Alves Jacó é a diretora da escola classe da Agrovila II. Candanga, esteve na implantação do projeto, afastou-se e voltou para dirigir a escola. Para ela também houve falhas na seleção dos colonos da Agrovila I e o resultado pode ser avaliado comparativamente com a II, onde o índice de evasão foi bem menor quando a situação mudou. “Prefiro não entrar em detalhes, mas creio que o problema foi excesso de paternalismo no início, e agora excesso de abandono. A interrupção do financiamento deixou muita gente desesperada, afinal eram, e são, ainda, todos de baixa renda, sem recursos para fazer a manutenção das culturas e, portanto, sem condições de cumprir os contratos. Para esses, ainda que proibido, a solução foi vender a concessão e ir-se embora. São as deturpações do projeto”.

Manoel da Rocha, baiano, 49 anos, quatro filhos, é o tesoureiro da Associação de Moradores da Agrovila II. “Eu perdi 8 anos de casa no emprego que eu tinha lá no PADF, todo mundo que veio para cá estava empregado e quem foi embora foi porque já não tinha como sobreviver. Teve um que ficou doído mesmo, desesperou quando viu que não conseguiu nem comprar os cadernos para o filho estudar e saiu urrando aí pelo meio do mato”.

Segundo o presidente da Associação, a impressão que a gente tem é que lá fora, na Câmara Legislativa, no Buriti, eles pensam que aqui só tem preguiçoso. Mas ninguém vem

aqui ver como a gente vive. O governador Roriz prometeu vir, mas não veio. Eu acho que ele vai querer desapropriar tudo por aqui. Eles tinham é que nos dar o financiamento, ninguém aqui tem Cr\$ 120 milhões para investir na preparação da terra. O débito com a Citrosuco muitos não vão ter como pagar. Nós vamos ao governador pedir uma definição. A bomba d’água a gente vai comprar, juntamos o dinheiro, a mais barata ficou em Cr\$ 65 milhões, mas a gente compra”.

Os moradores das Agrovilas I e II levaram uma carta-consulta à Secretaria de Agricultura para a formação de duas estâncias leiteiras, mas souberam que o projeto estava parado. Prometiam ir ao Buriti pedir uma solução.

Indefinição

Na Secretaria de Agricultura, o secretário interino Francisco Monteiro Guimarães confessou que ainda não estava bem a par do problema, mas sabia que existiam casos de pessoas que haviam vendido suas concessões e que isso era ilegal, porque o contrato não permitia. Ouvira dizer que aquela área fora incluída no plano de expansão urbana, mas não tinha certeza. Indicou o secretário adjunto Pedro Ivan Rogedo que teria participado da reunião de liberação de recursos do FCO.

Pedro Ivan também sabia que tinha gente que havia vendido, ilegalmente, suas concessões, e que esses casos estavam sendo levantados pela Secretaria para tomar providências judiciais. Até porque o Tribunal de Contas já havia pedido esclarecimentos e uma comissão havia sido formada para investigar todos os detalhes e encaminhar as ações.

Pedro Ivan não soube dizer o que vai acontecer agora com os moradores legais do Caub. “Do ponto de vista da Secretaria de Agricultura, está tudo certo, mas a situação fundiária é uma decisão do governador e da Câmara Legislativa”. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT definiu aquela área como sendo de expansão urbana. Por isso, caberá ao governador decidir quando, como e o que fazer com as famílias que ali estão. “Nós da Secretaria da Agricultura não podemos fazer nada”, concluiu o secretário adjunto.

Enquanto a solução não vem, pessoas como seu Deildo dos Santos Vieira e Antonio Bezerra de Araújo, ambos da Agrovila II continuarão tocando suas hortas caseiras e criações de porcos e galinhas, exatamente como foi proposto para as áreas domésticas, e faturando em torno de quatro a seis salários mínimos por mês, enquanto não vem o financiamento para desenvolver as outras culturas nos lotes rurais.